O PECADO DA PREGUIÇA SE ELEVOU À VIRTUDE: O FRUSTRANTE MERCADO*

Albert Drummond**

Resumo: durante toda a história da Igreja o pecado da acídia sofreu modificações até chegar em sua forma final: a preguiça. Com os avanços da modernidade e com o advento da Revolução Industrial o vício da preguiça foi instinto da sociedade capitalista. Retomando, portanto com os avanços da modernidade e se elevando á categoria de virtude, no qual o indivíduo pós-moderno passa a se dedicar mais ao trabalho para comprar o seu tempo da preguiça.

Palavras-chave: Pós-modernidade. Preguiça. Moral crista. Mercado. Trabalho.

THE SIN OF LAZINESS AMOUNTED TO VIRTUE: A MARKET FRUSTRATING

Abstract: *Throughout the history of the church the sin of acedia underwent changes until arriving at its final form: laziness. With the advances of modernity and with the advent of the Industrial Revolution it was the vice of laziness the instinct of capitalist society. Returning therefore to the advances of modernity and rising of the category of virtue, in which the postmodern individual begins to devote more time working to buy your laziness.*

Keywords: *Post-modernity. Laziness. Christian morality. Market. Work.*

CONTEXTUALIZANDO A PREGUIÇA

Evágrio Pôntico[1] foi o primeiro a organizar de forma sistemática as maiores falhas morais do homem. No entanto, seus estudos eram direcionados à vida nos monastérios e mais tarde acabariam por fazer parte do início do que se tornaria a teologia moral católica. Para ele, em *Sobre os oito vícios capitais* (PÔNTICO, 2012), do latim, *De octo vicium capitalia,* os maiores vícios do corpo e da alma seriam: gula, luxúria, avareza, ira, tristeza, aborrecimento, vanglória e soberba.

Por volta de 405, é escrita por Aurélio Prudêncio[2] uma epopeia de nome *Batalha da alma* do latim, *Psychomachia*[3], que apresentava lutas alegóricas numa batalha épica entre as virtudes e os vícios. Em seu texto, Prudêncio indicou uma lista de virtudes opostas, cujas práticas ofereceriam

* Recebido em: 20.00.2014. Aprovado em: 30.10.2014.

** Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Historiador. *E-mail*: a_drummond@hotmail.com.

alguma "proteção" contra os pecados. Porém, diferente de Pôntico, Prudêncio acreditava que tanto tristeza - do latim *tristitia* (amargura, lástima, infortúnio), quanto aborrecimento - do latim *abhorrescere* (enfado, cansaço, indisposição) faziam parte de um mesmo mal. Por este motivo Prudêncio substituiu esses dois vícios pela acídia[4] do latim *acedia* (negligência, inércia, frouxidão). E é neste contexto que pela primeira vez dentro da teologia moral antiga esta palavra aparece como um vício a ser combatido[5].

No século V, entre os anos de 420 e 429, João Cassiano[6] escreve duas obras referentes aos vícios humanos, uma de nome "Das instituições dos mosteiros e das oito falhas principais e seus remédios, livro XII" do latim, *De institutis coenobiorum et de octo principalium vitiorum remediis, libri XII* e "Conferências XXIV" do latim, *Collationes XXIV*. A relação entre as duas obras é descrita pelo próprio Cassiano: "Estes são principalmente consumidos com o que pertence ao exterior do homem e os costumes da *coenobia,* ou seja, institutos de vida monástica em comum; já o outro, *Collationes*, lida melhor com a formação do interior do homem e da perfeição do coração" (HASSETT, 2012).

Os quatro primeiros livros da *Institutis* tratam das regras que regem a vida monástica, ilustradas por exemplos de observação pessoal do autor no Egito na Palestina. Os oito livros restantes são dedicados aos oito principais obstáculos para a perfeição da alma encontrados pelos monges do deserto e mais uma vez temos uma mudança na listagem, desta vez a melancolia[7] - do latim *melancholia* (bile negra[8]), aparece juntamente com a acídia.

A lista de Cassiano chega às mãos de Gregório Magno no século VI, onde foi convertida na lista dos sete pecados capitais, tendo como base parte das concepções de pecado de Santo Agostinho. Magno se torna então o maior representante, dentro do período patrístico, a trabalhar com a ideia de vícios e pecados, reescrevendo-os e adaptando-os à ideia da doutrina cristã ocidental.

Sua lista de pecados seguia uma ordem decrescente e hierárquica sobre qual deles era mais nocivo para o amor divino. Todavia, nem *melancolia*, nem *acídia* se encontravam na lista, em seus lugares estava à tristeza, retomando o pensamento inicial, advindo de Prudêncio.

No período entre 1256 e 1270, São Tomás de Aquino escreveu uma de suas principais obras, "As questões disputadas" do latim, *Questiones Disputatae de Veritate,* (SOCIEDADE DAS CIÊNCIAS ANTIGAS, 1996) que tratava, basicamente sobre questões morais. Aquino organizou as experiências antropológicas de Cassiano e Gregório Magno, criando uma doutrina concisa e reajustada acerca dos pecados capitais. Assim, toda uma milenar experiência sobre o homem traduz-se em sete pecados capitais, que arrastam atrás de si "filhas", "exércitos", totalizando cerca de cinquenta outros pecados.

A maior dificuldade encontrada pelos filósofos medievais era definir o melhor termo para caracterizar o capital[9] da inércia. Não obstante, eram comuns associações de palavras com significados parecidos, como é o caso da tristeza, aborrecimento, melancolia, acídia e preguiça. Tomás de Aquino acaba por centralizar a tristeza, o aborrecimento e a melancolia na acídia a tornando de vez um dos sete capitais que permaneceria nessa lista até o século XVII.

No início do século XIV, Dante Alighieri escreve A Divina Comédia[10] (1977), criando novos conceitos teológicos, como a ideia de Purgatório e a consolidação de uma hierarquia de pecados, e suas respectivas punições. No purgatório, os acidiosos, em multidão, sonolentos e "entontecidos" (ALIGUIERI, 1977, p. 183) sobem uma eterna montanha, se perdendo vezes ou outra nos vários labirintos rochosos envoltos por todo caminho. No purgatório os pecadores buscam por redenção e perdão sobre suas negligências cometidas em vida, tanto pela apatia e indiferença para com o outro quanto por sua indiferença para com Deus.

Segundo Delumeau (2003) foi a partir daí que nasceu a ideia de que satã atuava sobre a fragilidade física para induzir ao pecado se espalhando de vez por vários segmentos religiosos, inclusive o protestantismo. Citando Lutero, Delumeau (2003, p. 343) diz:

> Entre as tentações da neurastenia diabólica, Lutero contava também os sonhos maus e perturbadores. E como defesa contra todas as formas de melancolia ele recomendava a oração, os cânticos religiosos, mas também um estilo de vida equilibrado e não ascético. "Que aquele que é atormentado pela tristeza, o desespero ou outros desgostos e tem um verme na consciência se apegue primeiro á confiança na Palavra divina, depois que beba e coma, e procure a companhia e a conversação de pessoas piedosas e cristãs.

O medo de cometer o pecado da acídia se alastrou por boa parte da Europa no século XVI. O principal motivo são as consequências trágicas do excesso de acídia, levando o pecador muitas vezes ao suicídio. No período da inquisição os inquisidores eram responsáveis pela segurança dos réus que após a confissão de seus "crimes" sob tortura, faziam de tudo para tirarem sua própria vida, geralmente se enforcando. Segundo *O martelo das feiticeiras* (KRAMER; SPRENDER, 1992), sempre depois da confissão dos crimes, os guardas deveriam ficar atentos a todo tempo e quando, por negligência dos guardas, os réus eram encontrados enforcados, sabia-se que foi por instigação do diabo, a fim de que eles não obtivessem o perdão por confissão sacramental ou contrição.

Para Burton (2011) a melancolia e a acídia poderiam por si mesmas serem causas suficientes dos terrores da consciência, levando algumas pessoas ao suicídio ou a descrença em Deus. Se alguém tirou a própria vida, por loucura ou melancolia, levando em consideração que essa pessoa pode ter cometido esse gesto menos por sua própria vontade do que pela força da doença, deve-se interpretar pelo lado melhor, "'à maneira dos turcos que crêem que todos os loucos e dementes vão diretamente para o céu.' [...] Pirueta que revela o processo da noção de 'circunstâncias atenuantes', graças à medicina, no interior de um discurso com premissas culpabilizantes" (DELUMEAU, 2003, p. 349).

Nos séculos que se seguiram, os conceitos de acídia, melancolia, tristeza e preguiça frequentemente se ligavam. Ora tratados como pecado, ora como doença, ambos achavam-se implicados numa culpabilização global.

A preguiça começou a ser incluída constantemente nos manuais de confissões e a partir do século XVII se tornou popular como um dos sete pecados capitais, uma vez que o conceito da palavra expandia maiores significados, sendo ela uma junção de todos os outros termos, trazendo ainda uma nova noção: a da indisposição ou negligência para o trabalho. A preguiça iniciou um longo processo de ascensão como pecado, despertando com o fim do feudalismo dentro da sociedade mercantil, sob o impulso das mudanças econômicas e sociais que aos poucos fazia com que a cristandade latina a reconhecesse de fato como um dos pecados capitais.

O TEMPO E O TRABALHO: INIMIGOS NÚMERO UM DA PREGUIÇA

Segundo Carmo (1992) a noção de tempo e de trabalho pode ter tido seu início nos mosteiros. Os monges além de impor uma rígida disciplina em suas atividades religiosas, eram obrigados a dedicar certo tempo aos trabalhos manuais. Sendo a desocupação inimiga da alma e o trabalho benfeitor da mente, daí nasce a necessidade do relógio para regular o tempo das obrigações diárias. A rotina também é uma herança dos monges, cuja vida monástica exigia certa disciplina em acordar cedo, orar e trabalhar. Porém, o trabalho não era visto com bons olhos pela aristocracia que era considerado indigno para o homem de qualidade, "cujas atividades eram dedicadas ao pensamento, à direção dos negócios políticos e religiosos, à gestão de bens e, eventualmente, às transações financeiras". Estas atividades não eram, então, consideradas trabalhos (CARMO, 1992, p. 25).

Por essa perspectiva, a ociosidade não tinha a conotação de inatividade ou preguiça, mas significava se abster de trabalhos manuais. A "classe ociosa" (nobreza, clero, burguesia) destacava-se da "classe inferior" por não realizar as formas mais vulgares de trabalhos manuais. Todavia, essa mentalidade se transformou, tendo seu ponto alto com a Reforma Protestante no século XVI, onde, aos poucos, ensinamentos religiosos começavam a dar novo sentido ao "sofrimento" e "rebaixamento" do trabalho às classes mais baixas.

Segundo Weber (2007) o protestantismo foi o grande responsável pela mudança da noção e da valorização do trabalho, tendo valores morais e éticos que iam ao encontro dos ideais capitalistas, facilitando a reconstrução de uma teologia moral já enraizada. A Igreja católica começou a supervalorizar o tempo, apregoando a ele uma necessidade divina para o trabalho e, em consequência, um remédio para a preguiça.

Essa crescente mudança fica evidenciada no estudo de Delumeau (2003), onde, a partir do século XVII, teve seus discursos religiosos mudados de tom, numa perspectiva muito mais mercantilista que ascética.

> Teólogos, humanistas e negociantes descobriram e declararam conjuntamente que o tempo é o bem mais precioso do homem. Mas foi sobretudo a concepção secularizada do tempo que fez

> aparecer nitidamente a gravidade da preguiça como desperdício das possibilidades humanas; e foi o mundo laico que levou a Igreja da condenação da acídia para a da preguiça – vício gravemente nocivo numa sociedade que dá ênfase cada vez mais à atividade terrena, ao lucro e ao dinheiro. A acídia era apenas um pecado individual. A preguiça assumiu rapidamente feição de flagelo social. (DELUMEAU, 2003, p. 443).

INICIANDO O PROCESSO DE INVERSÃO DO PECADO DA PREGUIÇA À VIRTUDE

A expansão comercial e financeira propiciou o surgimento do capitalismo, cuja culminância se deu a partir do final do século XVII. O desenvolvimento industrial mudou radicalmente a forma com que a preguiça era vista; o feudalismo perdeu terreno e a burguesia emergiu como classe dominante. "Essas profundas transformações econômicas desestruturaram a antiga e quase estática ordem social, introduzindo modificações substanciais nas atividades manufatureiras, de natureza artesanal e doméstica" (CARMO, 1992, p. 29). No entanto o desenvolvimento do capitalismo só foi possível quando passou a existir mão de obra disponível em grande escala e isso só aconteceu por que houve uma mudança significativa na mentalidade moral da sociedade, onde o trabalho passou a ser valorizado e a preguiça condenada.

A partir do século XVIII ocorre a perda da dimensão "encantada" do ócio que passa a ser classificada como uma atitude de desordem e indisciplina (obviamente que essa visão não era atribuída às classes dominantes). Recusar-se a trabalhar tornou-se uma grave ofensa a Deus, que não criou o ser humano para a inatividade do ócio. (FOUCAULT, 1972).

Durante a Revolução industrial o "novo" conceito de trabalho se expande em maior escala, reconhecendo no trabalho fabril um dos principais mecanismos de disciplinarização do trabalhador no contexto da Revolução Industrial. Obtendo-se uma disciplina fabril, por exemplo, por meio de multas, horários fixos e vigilância dos contramestres. A exploração deste "trabalhador" começa a ser validada pelo desenvolvimento de mercado e pela Igreja que valida o trabalho com a condenação do ócio e da preguiça.

O enaltecimento do trabalho se expande e extrapola as obras de iminentes pensadores e religiosos que, com suas idéias, prestavam um serviço à classe dominante. Citando Napoleão, Carmo (1992, p. 34) diz:

> Longe de ser um filósofo, Napoleão, dizia ter chegado a uma conclusão definitiva: 'Quanto mais trabalhar o meu povo, menos vício haverá; estarei disposto a ordenar que aos domingos, após os ofícios religiosos, se abram as oficinas e os operários voltem ao trabalho'. Mesmo o árduo trabalho assalariado converteu-se em virtude, não era mais uma maldição ou motivo de desprezo, contrariamente ao que fora proclamado pelos nossos remotos ancestrais gregos e medievais.

Os conceitos de pecado e de pecar tiveram extensa evolução durante a história da Igreja, que, com vistas a proteger suas próprias posições, reordena e modifica a gravidade e a ordem dos mesmos segundo o contexto histórico. A "versatilidade" da Igreja em adaptar-se fez com que a própria instituição permanecesse vigente, tendo parte de sua doutrina alterada durante a história. Na Idade Moderna, a moral católica oscilou, seja pendendo para uma afirmação ou consolidação de seus preceitos, seja anulando-se.

Em meados do século XX, "novas" correntes ideológicas surgem: a mais forte e a "principal" delas foi o pós-modernismo[11], que assumiu o direcionamento a uma nova linha de pensamento, se responsabilizando pela ressignificação de toda uma milenar acepção desenvolvida pela Igreja durante a História. O pós-modernismo desregulou uma linearidade dentro da moral católica já construída e validada, invertendo seus valores. "As doutrinas éticas pressupunham certa homogeneidade local, em que podiam reescrever exigências institucionais como normas interpessoais e com isso reprimir realidades políticas nas "categorias arcaicas do bem e do mal" (JAMESON *apud* ANDERSON, 1999, p. 77).

O pós-modernismo trouxe a possibilidade do questionamento e da autonomia, desconstruindo doutrinas enraizadas, desqualificando-as e oferecendo vastas opções em uma era em que nenhuma ortodoxia podia ser adotada sem constrangimento e ironia, porque todas as tradições aparentemente têm alguma validade. "Esse fato é em parte consequência do que se denomina de explosão das

informações, o advento do conhecimento organizado, das comunicações mundiais, da cibernética" (JENCKS *apud* KUMAR, 2006, p. 142).

O pós-modernismo trouxe consigo um desejo de liberdade, onde o homem basta a si mesmo quando inserido no mercado e, neste particular, a economia não segue leis, mas *tendências* (GALVÃO, 1997).

Durante a Idade Moderna, com o Renascimento e o Iluminismo, o homem se configurou em dois processos principais: o de desconstrução (do ser, antes definido pela Igreja) e de racionalização. A partir da pós-modernidade, o homem se encontra no cerne do sistema de mercado. Para Assmann (1989, p. 232), o neoliberalismo fez com que tudo que era produzido pelo homem fosse reduzido à condição de mercadoria; a natureza, todos os recursos naturais e o próprio ser humano, parte dos mecanismos mercadológicos, foram reduzidos a mercadorias.

> O sistema de mercado só conseguiu impor-se quando conseguiu impor uma determinada visão do homem, como marionete dirigida pelo interesse próprio na competitividade do mercado, dispensando de angustiar-se com esforços de repensar, sempre de novo, as possibilidades da liberdade própria e alheia, numa conjugação social de ambas. A liberdade ficou dogmaticamente definida: as relações contratuais do mercado são a única liberdade possível. [...] Quem parafraseasse, na primeira etapa, o salmo 23(22), aplicando-o ("O Mercado é meu pastor, nada me pode faltar"), hoje poderia rezá-lo com mais devoção ainda, se estiver de acordo com a ideologia neoliberal (ASSMANN, 1989, p. 234, 253).

A pós-modernidade definiu novos contornos sobre a relação do homem com a religião: se por um lado ele a descarta, apoiando-se nos mecanismos disponíveis do mercado, por outro ele se agarra de forma fundamentalista e enfática aos diversos "novos" deuses. Este homem não precisa mais de um direcionamento sobre seu agir, sua conduta e sua ética já que o próprio mercado o oferece.

A construção do homem pós-moderno se dá principalmente através da renúncia ao instinto: "os prazeres da vida civilizada vêm num pacote fechado com os sofrimentos, a satisfação com o mal-estar, a submissão com a rebelião" (FREUD *apud* BAUMAN, 1998, p. 8). As compulsões deste homem, suas regulações e supressões são a marca registrada do pós-modernismo resultando nos excessos, antes trabalhados pelos gregos, condenados pela Igreja e, agora, validados pela lógica do mercado. O individualismo, tão cultuado pelo pós-modernismo, fez com que aprendêssemos a "honrar" os nossos deveres morais individuais.

Na Idade Média, a Igreja adaptou e moderou esses conceitos a "condições de pecados e virtudes". A Igreja define então nossos vícios e classifica-os como pecados, com os quais nascemos e, por meio de *más* influências, podemos cometê-los ou permanecer com eles. Apenas no início do século XX é que essa concepção iria mudar: em 1915, Freud resgata a ideia de Aristóteles sobre as paixões humanas (instintivas e pulsionais) e, trabalhando com o conceito de pulsões, desconstrói e desmistifica as ideias de vício e de pecado (ou pecado original) já consolidadas pela Igreja. Para Freud (*apud* BLANCO, 2013), pulsão (do alemão *Trieb* que significa *broto*) é uma forma germinativa do querer, que é estimulada pelo ambiente em que vivemos. Todos têm essa força natural e tanto os vícios de Aristóteles quanto os pecados da Igreja nada mais são que pulsões, instintos naturais do ser humano, que os comete quando a sociedade os estimula. As teorias apresentadas têm um ponto em comum: vícios, pecados e pulsões podem ser contidos[12].

Enquanto a Igreja Católica e outras religiões tentam a todo custo um "retorno" de uma moral altruísta, o mercado "descentra" o individuo estabelecendo uma "'moral sem obrigações nem sanções' segundo as aspirações da massa que se mostra cada vez mais inclinada a um individualismo hedonista democrático" (LIPOVETSKY, 2005, p. 105).

A moral do Ocidente pós-moderno remete aos conceitos de "permissivo" e "transgressivo[13]". A noção de pecado se torna minimizada: contrastando com a tradição milenar dos pecados e virtudes, a cultura pós-modernista é *permissiva*, induzindo e estimulando que o indivíduo faça o que bem quiser e como quiser; a única "punição" a ser temida é a lei. O pecado da preguiça faz-se presentes nesta sociedade "permissiva", porém trocaram por virtuoso seu caráter negativo, e tornando-se, por vezes, dentro da lógica do mercado, uma conduta conveniente e estimulante. No entanto, como a preguiça poderia se tornar uma virtude dentro da lógica capitalista se ela seria a maior ameaça do mercado?

O FRUSTRANTE MERCADO E O PARADOXO DA PREGUIÇA

No século XIX, a preguiça se tornou não somente um pecado contra Deus, mas também contra o capitalismo e contra a Revolução Industrial. O mercado começa exigir cada vez mais de seus empregados. No entanto, com os excessos de exploração, os trabalhadores não conseguem enxergar a dádiva do trabalho, tão pregada pela Igreja e pelos governantes.

O início do século XX foi marcado por uma necessidade de manter esse trabalhador fixo ao seu ofício. Com o desempenho comprometido, inicia-se elaborados estudos que tentariam compreender os aspectos emocionais e psicológicos que influenciavam o desempenho no trabalho. Nos Estados Unidos, depois da grande depressão e da quebra da bolsa de valores de Nova York se estabelece a necessidade de compreender, através destes estudos, as principais causas da apatia, do tédio, da preguiça, da desatenção e dos conflitos entre trabalhador e organização. Tendo como principal objetivo solucionar estes problemas.

O psicólogo Elton Mayo foi um dos pioneiros a estudar as relações humanas no trabalho, em estudos realizados entre 1923 e 1932 ele constatou que as normas sociais exerciam, também, uma força poderosa sobre o indivíduo. "Fazendo algumas concessões aos funcionários, mostrou que as pessoas, quando motivadas e tratadas com atenção, agem positivamente e passam a realizar com afinco suas tarefas" (CARMO, 1992, p. 60).

Por esta perspectiva, as ciências humanas passam a ter grande relevância na relação empregado e empregador, com o principal intuito de tornar o empregado "feliz", assim a organização obteria dele total comprometimento, aumentando sua eficiência e consequentemente o lucro da empresa. Para Carmo (1992, p. 61), "criar o 'escravo feliz' ou, como diz o operário americano, 'tirar mais leite', formando 'vacas felizes', é visto como um disfarce para tornar o trabalho menos alienante." Para Chauí (1999, p. 35):

> [...] o trabalhador não se reconhece como produtor de obras, pois a divisão social do trabalho, imposta pelo capitalismo, obriga que ele desconsidere as aptidões individuais e o force a alienar (vender) seu trabalho para uma outra classe social, a burguesia. "Reduzido à condição de mercadoria que produz mercadorias, o trabalho não realiza nenhuma capacidade humana do próprio trabalhador, mas cumpre as exigências impostas pelo mercado capitalista.

No Brasil não foi diferente. Porém, sem tradição no trabalho livre, a elite brasileira não consegue assimilar bem os direitos da exordial classe operária, que até então desapontava. No encalço da cultura do café nasceu a atividade industrial e comercial, fazendo com que no século XX se destacasse com mais força a figura do operário brasileiro, vinculado, obviamente, ao moderno modo de produção capitalista.

Em meados do século XX, pós segunda guerra mundial, novas tecnologias começam a aparecer no país, organizando a vida em torno do papel do produtor, normativamente regulada.

O modelo de vida americana (American way of life) se torna uma referência cada vez mais forte e com isso o mercado cria a ilusão do consumismo, transformando o trabalhador em mais uma ferramenta para angariar e suprir os lucros mercadológicos. A vida organizada em torno do consumo é orientada pela sedução das publicidades e das novas tecnologias, crescendo falsas necessidades e desejos, colocando o trabalhador num ciclo vicioso entre trabalho e conforto, como bem coloca Chauí (1999, p. 37):

> De acordo com as leis de mercado impostas pela sociedade capitalista, os trabalhadores viam-se obrigados a aceitar as piores condições de trabalho, com salários baixos, pobreza, miséria, fome, frio, doenças para terem o direito ao trabalho, com o que terão salário para comprar o mínimo daquilo que eles mesmos produziram.

Os novos produtos fabricados são efêmeros, feitos para durar pouco, o que Carmo (1992, p. 76) chamaria de "obsolescência programada": uma lógica de mercado, na produção de peças frágeis, deterioráveis e com pouca durabilidade – entre eles os automóveis e os eletrodomésticos – que logo serão substituídos por outros, geralmente aprimorados, mas com mudanças pouco significativas.

Para manter a economia sempre vigente, necessidades, desejos e vontades artificiais são criadas e manipuladas. Tendo os indivíduos que trabalhar mais para consumir os produtos do mercado, incluindo o seu tempo para o lazer. Quanto mais se trabalha e se sobe na hierarquia capital mais possibilidades de um tempo para a preguiça se têm.

> Poucas coisas despertam hoje, dose tão elevada de fetichismo quanto a tecnologia. Assim como as gerações passadas atribuíram todos os bens e males aos espíritos, ao destino e á vontade divina, hoje somos levados a nos extasiar diante da marcha triunfante da Tecnologia – assim, com maiúscula, como Deus e o Estado. Na versão otimista, a ciência e a técnica nos libertarão do esforço, dos trabalhos desagradáveis e rotineiros. Na versão pessimista, que é a imagem da primeira devolvida pelo espelho, a tecnologia nos trouxe e nos trará desde a alienação do trabalho até o esgotamento dos recursos e da destruição universal. *Em um e outro caso, o lugar dos motores da História é ocupado pela história dos motores* (ENGUITA apud CARMO, 1992, p. 79, grifo nosso).

CONCLUSÃO

No período medieval, a acídia esteve associada diretamente aos monges, que podiam ser condenados por sua "melancolia" no viver, que ocasionava um distanciamento para com Deus. Com o desenvolvimento econômico e, principalmente, com a chegada do capitalismo a preguiça e o descontentamento foram adotados como justificativa para o "não cumprimento com as tarefas diárias": então, o pecado da acídia, agora chamado de preguiça, sai dos monastérios e atinge toda a sociedade.

Seria ela, de todos os sete capitais o único pecado condenável do pós-modernismo? Essa questão tem dois lados: o primeiro aborda a preguiça como um pecado gravíssimo, uma vez que neutraliza no indivíduo pós-moderno o impulso de produzir, estagnando, assim, toda a mecânica do mercado; por outro lado, esse mesmo indivíduo acorrentado a um cotidiano de produção exige maiores facilidades para o desenvolvimento de suas atividades (WASSERSTEIN, 2005). O mercado, então, cobra uma produção e em troca oferece (por meio da tecnologia) facilidades e este indivíduo, preso a um paradoxo contínuo, trabalha para comprar seu conforto.

A preguiça aos poucos foi se tornando um vício permitido, validado pelo mercado: ter "direito" a não fazer absolutamente nada, a permanecer no ócio (mesmo que seja criativo), torna-se uma virtude da elite e uma utopia da grande massa que trabalha continuamente para um dia chegar à tão almejada ociosidade. Porém para o homem pós-moderno o mercado se torna frustrante - do latim *frustrationem* (desencanto, desapontamento, desesperança), uma vez que ele oferece a possibilidade de enriquecimento pelo trabalho e que quase sempre não é palpável. Criando um sentimento desagradável que se produz quando as expectativas do trabalhador não são satisfeitas, o homem pós-moderno permanece preso num ciclo vicioso, numa ilusão criada pelo mercado que o mantém com a esperança de que um dia ele alcançará o tão almejado tempo do ócio.

Essa nova "virtude" oferece tempo, tempo que vai à contramão de uma sociedade que não pode parar. Nesse sentido, podemos introduzir uma pergunta, aqui, fundamental: "Porque trabalhamos?" A resposta pode ser simples e direta: "trabalhamos para comprar a nossa preguiça." A tentação deste vício torna-se melhor estímulo para o trabalho.

Notas

1 Evágrio Pôntico ou Evágrio do Ponto foi um monge nascido por volta de 345-397. (ECCLÉSIA, 2009). Foi o primeiro a organizar de forma sistemática as maiores falhas morais do homem. No entanto seus estudos eram direcionados à vida nos monastérios e, mais tarde, acabariam por fazer parte do inicio de uma teologia moral católica.

2 Aurélio Prudêncio Clemente foi um poeta cristão nascido em 348. Conhecido principalmente por suas poesias e epopéias que trabalhavam com a questão moral. (CONOCEREIS DE VERDAD, 2012).

3 A Psychomachia foi a primeira aparição dos vícios da alma personificados e é responsável por inspirar boa parte das obras de arte que seriam produzidas a posteriori a respeito dos sete pecados capitais. Mesmo que Prudêncio tenha tratado os vícios de forma lúdica e fantástica, é através desse poema que uma nova configuração dos pecados capitais toma forma.

4 Para a Igreja, a acídia era um pecado extremamente grave, porque se referia diretamente a uma tristeza excessiva, que incapacitava o ser humano a realizar as tarefas devidas para com Deus. Segundo Lambotte (2000, p. 43) a acídia continuou sendo um pecado, essencialmente de ordem espiritual até o século XIV. A partir do século seguinte, na península ibérica se inicia uma evolução em seu termo, redirecionando suas significações para a preguiça e o ócio. Hoje poderíamos compará-la com a depressão e até com a ociosidade não criativa. Jean Lauand (2000) argumenta que a substituição da acídia por preguiça trouxe um empobrecimento de significado, uma vez que a acídia medieval – e os pecados dela derivados – propiciariam uma clave precisamente extraordinária para a compreensão do desespero do homem contemporâneo; já a preguiça se atém apenas ao fato de não se estar propício ao trabalho.

5 A virtude que opunha a acídia era a diligencia do latim diligentia (atenção, cuidado, atividade). (PRUDÊNCIO, 405).

6 João Cassiano foi o monge responsável por levar a lista dos males humanos para o Ocidente por volta de 410. (FORTESCUE, 1911).

7 Durante o Renascimento, com o auxílio de "ciências" antigas e modernas como a astrologia e a medicina foram desenvolvidos estudos que explicariam a origem da melancolia no homem. Em 1621 o vício da melancolia foi diagnosticado como uma "doença da alma" por Robert Burton (2011) que propunha variedades infinitas de causas e remédios para a "doença" advinda diretamente do mau funcionamento do baço, que teria por função absorver a "bile negra" em excesso no fígado e no sangue. Ele utiliza a parte mais rica dela para nutrir a si mesmo, descarrega certa quantidade no estômago para provocar o apetite e expulsa o resto. Mas, se por fraqueza ou obstrução, ele não bombeou a melancolia do sangue, então este corrompe todo o corpo (DELUMEAU, 2003, p. 325), causando todo tipo de reações, como a prostração, o desânimo, a tristeza e a inércia.

8 A fisiopatologia medieval atribuía a tristeza e a depressão a um excesso de "bile negra" no organismo, um humor que se acreditava ser feito no baço e responsável pela indisposição, tristeza e desencanto do ser humano para com o mundo e suas atividades diárias.

9 Gregório Magno também foi o responsável por conceituar a ideia de capital, do latim caput, cabeça; para ele os sete pecados capitais são como governantes que comandam um exército de outros pecados. Dos sete pecados principais, derivam uma horda de vícios que geram outros vícios, entrelaçados: os pecados seriam como os galhos mais fortes de uma árvore e as transgressões as suas ramificações. A lista dos sete pecados capitais enumera de forma ordenada as principais falhas humanas ou (o que para a Igreja) seriam as maiores ofensas a Deus.

10 "A Divina Comédia", finalizada exatamente na mesma data da morte de Dante, foi escrita entre 1304 e 1321. Há controvérsias quanto à data exata da publicação da obra completa.

11 Neste texto, utilizo o conceito de Frederic Jameson de pós-modernismo: "um novo estágio do capitalismo ou um capitalismo tardio" (JAMESON, 1985). De forma simplificada, seria a desconstrução dos conceitos ideológicos dominantes durante a Idade Moderna e a valorização do indivíduo e a efetividade da relação entre o indivíduo e o mercado.

12 Para a Igreja, podemos extinguir nossos pecados através das virtudes, uma forma de reciclar, do ruim para o bom.

Referências

ALIGUIERI, Dante. Purgatório: A Divina Comédia. Trad. Hernâni Donato. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

ARISTÓTELES. Ética e Nicômaco. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. A Idolatria do Mercado: Ensaio sobre economia e teologia. Coleção Teologia e Libertação. São Paulo: Vozes. 1989.

BAUMAN, Zygmunt. O Mal estar da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BASCHET, Jérôme. A Lógica da Salvação. A Civilização Feudal: Do ano mil à Colonização da América. São Paulo: Globo, 2000, p. 374-385.

BURTON, Robert. A anatomia da melancolia. Trad. Guilherme Gontijo Flores. Curitiba: Editora UFPR, v.1. 2011.

CARMO, Paulo Sérgio. A Ideologia do Trabalho. São Paulo: Moderna, 1992.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. IN: LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.
CONOCEREIS DE VERDAD. Marco Aurelio Prudencio Clemente. 2012. Disponível em: <http://migre.me/d4AQl> Acesso em: ago. 2014.

DELUMEAU, Jean. O pecado e o medo. A culpabilização no Ocidente (séculos XIII a XVIII). São Paulo, vol. I. EDUSC, 2005.

ECCLESIA. Evágrio Pôntico. 2009. Disponível em: <http://migre.me/d4yJn>. Acesso em: 25 out. 2014.

FOUCAULT, Michel. História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva. 1972.

BLANCO, Arturo. S. A Pulsão. Antroposmoderno. Disponível em: <http://www.antroposmoderno.com/textos/Apulsao.shtml> Acesso em: 26 de jun 2014.

FORTESCUE, Adrian. Monarquismo oriental. A Enciclopédia Católica. 10 New York: Robert Appleton Company, 1911. Disponível em <http://migre.me/iUzdX> Acesso em: 13 mar 2014.

GALVÃO, Antônio Mesquita. A Crise da Ética: O neoliberalismo como causa da exclusão social. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GUINNESS, Os. Sete Pecados Capitais: Navegando através do caos em uma era de confusão moral. Trad. Augustos Nicodemos. São Paulo: Shedd Publicações, 2006.

HASSETT, Maurice. John Cassian. The Catholic Encyclopedia. vol. 3. New York: Robert Appleton Company, 1908. 8 de outubro de 2012. Disponível em: <http://migre.me/d4Bwr>. Acesso em: set. 2014.

JAMESON, Frederic. Pós-Modernidade e a sociedade de consumo. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo: nº12, pp. 16-26, jun 1985.

JAMESON, Eric apud ANDERSON, Perry. As Origens da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

JENCKS, Charles apud KUMAR, Krishan. Da Sociedade Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: José Zahar Ed., 2006.

LAMBOTTE, Marie-Claude. Estética da Melancolia. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

LAUAND, Luiz Jean. Sobre o Ensino (De Magisto), Os Sete Pecados Capitais. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 63-133.

LIPOVETSKY, Gilles. A Sociedade Pós-Moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. São Paulo: Manole, 2005.

KRAMER, Heirich; SPRENDER, James. O martelo das feiticeiras: malleus maleficarum. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PÔNTICO, Evágrio. Sobre os Oito Vícios Capitais. *Espiritualidade dos Padres do Deserto.* Trad: Carlos Martins Nabeto. Fonte: VE Multimeios. 2012. Disponível em: <http://migre.me/d4zSb> Acesso em: 11 out. 2014.

SOCIEDADES DAS CIÊNCIAS ANTIGAS. *Vida e obra de São Tomás de Aquino.* 1996. Disponível em: <http://migre.me/d4F1t> Acesso em: 01 out. 2014.

WASSERSTEIN, Wendy. *Preguiça.* Coleção sete pecados capitais. São Paulo: ARX, 2005.

WEBER, Max. *A ética Protestante e o "espírito" do Capitalismo***.** Trad. José Marcos Mariani. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.